

Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda



Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO ANUAL  
DE  
AUDITORIA  
EM

31 de Dezembro de 2015

---

PRORURIS, EEM

## **RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO E CONCLUSÕES DE AUDITORIA**

Ex.<sup>mos</sup> Accionistas

Ex.<sup>mo</sup> Conselho de Administração da

Proruris – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EEM.

Ex.<sup>mos</sup> Senhores:

### **Introdução**

1. O presente relatório é emitido nos termos dos deveres de acompanhamento, fiscalização e vigilância previstos no art.º 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto e subsidiariamente pelas disposições previstas no Código das Sociedades Comerciais e no Estatuto dos Revisores Oficiais de Contas, constante do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, aditado pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro.

### **Âmbito**

2. Procedemos à revisão legal das contas dessa Empresa relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, de acordo com as Normas Técnicas e das Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efectuado emitimos a respectiva certificação legal das contas.

### **Trabalhos Realizados**

De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento dos aspectos essenciais da gestão da empresa, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários, quer com o responsável administrativo e financeiro e simultaneamente contabilista certificado e, em algumas situações, com a Administração, com quem fizemos reuniões periódicas para analisar o desempenho e determinados procedimentos relacionados com o controlo interno e com a evolução das operações.



- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela empresa, tendo neste particular sido feitos testes à valorização dos inventários, designadamente para efeitos de apuramento do custo das existências vendidas e matérias consumidas e, conseqüentemente, do inventário final. Verificámos ainda a adequabilidade da sua divulgação no Anexo.
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, o respectivo Anexo, Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa, com as normas constantes no Sistema de Normalização Contabilística.
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
- Análise do sistema de controlo interno existente na empresa, com especial incidência nas áreas de compras, recepção, contas a pagar, vendas, expedição e contas a receber, tendo sido efectuados os testes de conformidade apropriados.
- Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efectuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos.

2.1- Análise e teste aos saldos bancários apresentados pela empresa;

2.2- Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores, outros devedores e credores, advogado, seguradora) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela empresa, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;

2.3- Inspeção documental dos principais elementos do activo fixo tangível, confirmação directa da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens e, bem assim, a consistência da política de depreciações;

2.4- Análise e teste dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, deferimento e acréscimo;

2.5- Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de activos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;



- 2.6- Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos em que intervém a sociedade;
- 2.7- Análise das operações e saldos com as sociedades e outras entidades onde existem interesses relacionados;
- 2.8- Apreciação da política de seguros, de investimentos e do pessoal, incluindo a atualização dos capitais seguros.

### Informações Adicionais

Em consequência do trabalho efectuado, e para além das considerações feitas na certificação legal de contas, entendemos dever relatar o seguinte:

### **Definição da Materialidade**

O nosso trabalho foi planeado com base na percepção ao risco de controlo definido como médio e que tendo em atenção aos valores das demonstrações financeiras de 2014 ajustámos em € 7.500 para a materialidade global e em € 7.000 a materialidade de execução.

### **12 - Depósitos à Ordem**

Relativamente à conta 12 – Depósitos à ordem, procedemos à circularização de todas as instituições bancárias (B.P.I.) e (B.I.C) com quem a entidade teve operações activas e da qual apenas obtivemos resposta do BPI. Além disso, procedemos às verificações de conformidade e de análise substantiva das reconciliações bancárias preparadas pela entidade, o que nos permitiu concluir que as todas as contas bancárias se encontram conciliadas, como se verifica no quadro que se segue:

*Quadro dos Depósitos à Ordem*

Rubrica	N.º da Conta Bancária	Banco Dependência	Saldo Extrato do Banco em 31-12-2015	Taxa de Câmbio	Saldo Extrato do Banco em EUR	Contabilidade		Banco		Diferença	Saldo pelo Razão em 31-12-2015
						Débito não lançado no Banco	Crédito não lançado no Banco	Débito não lançado na Contabil.	Crédito não lançado na Contabil.		
120201	4069227001001	BPI	61.091,29		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-61.122,54 €	61.122,54 €
120202	4069227001002	BPI	729,06		0,00 €	0,00 €	0,00 €	280,00 €	0,00 €	-729,06 €	1.009,06 €
120203	4069227001003	BPI	296,01		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-296,01 €	296,01 €
120204	4069227001004	BPI	35.445,94		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-35.445,94 €	35.445,94 €
121301	610175	BIC	24,35		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-24,35 €	24,35 €

## Contas a Receber e a Pagar

### 21 - Clientes

Em relação aos clientes procedemos à circularização de saldos relativamente a 4 entidades que representam 21% do saldo global da rubrica “clientes”.

Das 7 entidades circularizadas não obtivemos nenhuma resposta.

Não obstante da não obtenção de respostas apurámos, através de procedimentos alternativos de auditoria, a evidência necessária para a formação da nossa opinião.

#### Quadro dos clientes circularizados

Indexação	N.º Conta	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
1	211110000	Clientes Indiferenciados	363,83 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDE
2	211110003	Carne de Vinhais	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDE
3	211110010	Município De Vinhais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
4	211110021	Ass. De Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDE

### 22 - Fornecedores

Em relação aos fornecedores procedemos à circularização de saldos relativamente a 7 entidades e obtivemos 5 respostas, das quais 2 (duas) conferem e 3 (três) foi possível conciliar. Em relação às entidades das quais não obtivemos resposta verificamos através de procedimentos alternativos, designadamente análise documental, a evidência necessária para a formação da nossa opinião.

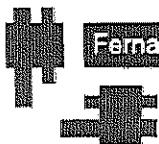
#### Quadro dos fornecedores circularizados

Indexação	N.º Conta	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
1	221110016	Nordeste Móvel, Lda	-223,86 €	242,31 €	-466,17 €	2	CONCILIADO
2	221110026	Laboratório de Controlo Qualidade Alimentar, Lda	356,70 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDE
3	221110047	Agrogestão, Lda	3.099,60 €	0,00 €	3.099,60 €	2	CONCILIADO
4	221110061	Moneris Trás-os-Monts, SA	738,00 €	738,00 €	0,00 €	1	CONFERE
5	221110074	Ass. De Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDE
6	221110108	EDP Comercial	2.202,69 €	2.319,17 €	-116,48 €	2	CONCILIADO
7	221110234	Certis - Controlo e Certificação, Lda	2.714,61 €	2.714,61 €	0,00 €	1	CONFERE

Em suma damos como verificada a asserção mensuração e plenitude ao nível do saldo expresso no balanço.

### 24 - Estado

Relativamente à conta “24 – Estado e Outros Entes Públicos”, procedemos à verificação do cumprimento das obrigações legais, fiscais e contabilísticas em relação aos diferentes tributos e, bem assim, à conformidade dos registos contabilísticos.



Da análise efectuada, consideramos relevante referir o seguinte:

- 242 – Retenção de impostos sobre o rendimento, apresenta uma diferença no valor de € 638,10 entre o valor do balancete e as guias do mês de Dezembro, sendo € 552,50 referentes a pagamentos efetuados em excesso no decorrer de 2015. Todavia a PRORURIS, EEM solicitou a restituição do montante supra junto da Autoridade Tributária, tendo obtido deferimento em 16-03-2016. A restante diferença advém de anos anteriores.
- Segurança Social, regista uma divergência no montante de € 341,62 entre os valores processados/balancete e o valor da guia do mês de Dezembro.

### Outras Contas a Receber e a Pagar

#### 27 - Outros Devedores e Credores

Em relação aos “outros devedores e credores” procedemos à circularização de saldos relativamente a 5 entidades, das quais não obtivemos resposta e que tentamos validar através de procedimentos alternativos de auditoria, por forma a obter a evidência necessária para a formação da nossa opinião. Chamamos atenção para o facto do saldo das entidades OPP e ANCSUB advirem, na sua totalidade, do saldo de abertura.

#### Quadro das entidades circularizadas

Indexação	N.º Conta	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
1	2789111002	OPP	-37.062,48 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
2	2789111003	ANCSUB	-49.277,19 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
3	2789111004	CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
4	2789111007	POPH	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
5	2789111008	Liquidatário Enercastro	3.171,61 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU

De salientar que, os saldos expressos nas entidades acima são referentes a subsídios que se destinam a compensar gastos incorridos com formações.

Relativamente as remunerações a liquidar, encontra-se relevado contabilisticamente um saldo de € 47.243,82 em cumprimento do princípio da especialização. Da análise efectuada não detectamos qualquer situação susceptível de anotação, pese embora apresente uma divergência no montante de, aproximadamente, € 2.500 face ao valor por nós calculado.



## 28 – Diferimentos

Relativamente à rubrica “281 – Gastos a reconhecer”, verificámos que o saldo apresentado no valor global de € 3.021.82 é referente à especialização dos seguros. No que concerne à rubrica “282 – Rendimentos a reconhecer”, apresenta um saldo de € 34.323,16 referente adiantamento de verbas associadas a formações a ministrar em anos futuros.

## 4 - Investimentos

### 41 – Investimentos Financeiros

A 31-12-2015 esta rubrica apresenta um saldo de € 200,00 respeitante à quota da unidade de participação no CNFS (Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos). Chamamos a atenção para o facto, ainda que imaterial, requerer visto do Tribunal de Contas, precedido de estudo técnico-económico, para que a Entidade possa adquirir qualquer tipo de participação em Entidade terceira.

### 43 – Ativos Fixos Tangíveis

Relativamente ao ativo fixo tangível verificámos as aquisições com valores mais expressivos, através do documento de suporte, assim como as transferências/correções de ativo fixo tangível. Dos documentos analisados não foram detetadas distorções materialmente relevantes, ou seja, damos como verificada a asserção da mensuração.

#### Resumo do Movimento Anual de Ativos Fixos Tangíveis

(valores expressos em euros)

Rubrica	Conta do Razão		Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2015
	Descrição	Saldo Razão em 31-12-2014	Aumentos	Abates	Transferênc.	
<b>Ativo Fixo Tangível</b>						
431	Terrenos e Recursos Naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
432	Edifícios e O.Construções	4.071,17 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4.071,17 €
433	Equipamento Básico	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
434	Equipamento de Transporte	30.732,48 €	0,00 €	20.771,53 €	0,00 €	9.960,95 €
435	Equipamentos Administrativos	33.379,63 €	3.306,80 €	0,00 €	0,00 €	36.686,43 €
436	Equipamentos Biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
437	Outros Activos Tangíveis	2.013,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.013,60 €
		<b>70.196,88 €</b>	<b>3.306,80 €</b>	<b>20.771,53 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>52.732,15 €</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>						
4381	Terrenos e Recursos Naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4382	Edifícios e O.Construções	304,69 €	40,71 €	0,00 €	0,00 €	345,40 €
4383	Equipamento Básico	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4384	Equipamento de Transporte	24.603,66 €	1.245,12 €	20.771,53 €	0,00 €	5.077,25 €
4385	Equipamentos Administrativos	16.896,60 €	2.564,93 €	0,00 €	0,00 €	19.461,53 €
4386	Equipamentos Biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4387	Outros Activos Tangíveis	682,67 €	251,71 €	0,00 €	0,00 €	934,38 €
		<b>42.487,62 €</b>	<b>4.102,47 €</b>	<b>20.771,53 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>25.818,56 €</b>

## Depreciações/Amortizações

Dos testes efetuados não foi detetada nenhuma divergência material. Do teste realizado às taxas de depreciação e, conseqüentemente, às depreciações do período não verificámos qualquer distorção.



## 5 - Capital, Reservas e Resultados Transitados

No que respeita à rubrica “capital”, o qual ascende a € 50.000,00 e é detido na sua totalidade pela Câmara Municipal de Vinhais.

As variações ocorridas nesta rubrica são referentes à aplicação do resultado do exercício de 2014 no montante de € 3.300,53, nomeadamente, o valor de € 3.135,50 na rubrica 56 – “resultados transitados” e o valor de € 165,03 na rubrica de “reservas legais”. Verificámos, ainda, que o saldo no valor de € 6.876,80 registado, no exercício de 2009, na rubrica “571 – Ajustamentos de transição” é referente à aplicação do método de equivalência patrimonial na participação detida na sociedade “Enercastro”, a qual já foi dissolvida. Por tal razão, aquando da alienação o valor deveria ter sido saldado por contrapartida da conta 41 – Investimentos Financeiros.

## 6 – Evolução de Gastos e Rendimentos

Em relação à evolução da exploração da PRORURIS, EEM., e com base no quadro de síntese da conta de exploração apresentado abaixo, a evolução das rubricas agregadas de gastos e rendimentos teve os seguintes aspectos de maior relevância:

Quadro Gastos/Rendimentos 2014/2015

Demonstração dos Resultados	31-12-2015	%	31-12-2014	%	Desvio €	Desvio %
<b>Rendimentos Operacionais</b>						
Vendas e serviços prestados	352.112,76	56,60%	456.032,91	62,81%	103.920,15	-23%
Subsídios de exploração	270.000,00	43,40%	270.000,00	37,19%	-	0%
Variação nos inventários da produção	-	0,00%	-	0,00%	-	0%
Trabalhos para a própria entidade	-	0,00%	-	0,00%	-	0%
Proveitos Suplementares	-	0,00%	-	0,00%	-	0%
<b>Produção</b>	<b>622.112,76</b>	<b>100,00%</b>	<b>726.032,91</b>	<b>100,00%</b>	<b>103.920,15</b>	<b>-14%</b>
<b>Gastos operacionais</b>						
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	0,00%	-	0,00%	-	0%
Fornecimentos e serviços externos	- 250.518,57	-40,27%	- 364.335,16	-50,18%	113.816,59	-31%
Gastos com o pessoal	- 357.270,06	-59,04%	- 342.579,99	-47,19%	24.690,07	7%
Outros Rendimentos/ Gastos	7.262,97	1,17%	4.700,05	-0,65%	11.963,02	-255%
<b>EBITDA</b>	<b>11.587,10</b>	<b>1,86%</b>	<b>14.417,71</b>	<b>1,99%</b>	<b>2.830,61</b>	<b>-20%</b>
Depreciações / Amortizações	4.302,45	-0,69%	6.283,71	-0,87%	1.981,26	-32%
<b>EBIT</b>	<b>7.284,65</b>	<b>1,17%</b>	<b>8.134,00</b>	<b>1,12%</b>	<b>849,35</b>	<b>-10%</b>
Imposto s/ EBIT	- 2.878,04	-0,46%	- 4.238,47	-0,58%	1.360,43	-32%
<b>NOPLAT</b>	<b>4.406,61</b>	<b>0,71%</b>	<b>3.895,53</b>	<b>0,54%</b>	<b>511,08</b>	<b>13%</b>
Gastos Financeiros	- 32,04	-0,01%	- 1.242,38	-0,17%	1.210,34	-97%
Rendimentos Financeiros	-	0,00%	-	0,00%	-	0%
Imposto S/ gastos financeiros	12,66	0,00%	647,38	0,09%	634,72	-98%
<b>Resultado Líquido (Net Income)</b>	<b>4.387,23</b>	<b>0,71%</b>	<b>3.300,53</b>	<b>0,45%</b>	<b>1.086,70</b>	<b>33%</b>

Da análise ao quadro anterior ressaltam os seguintes aspectos:

- O volume de vendas e da prestação de serviços (volume de negócios) registou uma diminuição de € 103.920,15.





- Relativamente à evolução dos diferentes agregados de gastos, designadamente os mais representativos (Pessoal, Fornecimentos e Serviços Externos), os gastos com o pessoal tiveram um aumento de 7% e, os F.S.E. sofreram uma diminuição de 31%.
- Em relação ao exercício de 2014, verificamos que a empresa registou uma diminuição de € 2.830,61 (20%) no total do resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos (EBITDA);
- Verificou-se um aumento do resultado líquido face ao exercício anterior em € 1.086,70 (33%).

## 7 - Outras Observações

Nos termos da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, deve proceder à adaptação dos Estatutos da sociedade Proruris, EEM. em observância ao prescrito nos artigos 70.º e 19.º desse diploma.

Sendo a PRORURIS, EEM uma Entidade Pública Reclassificada, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais e, conforme n.º 5 do art.º 2 da Lei n.º 52/2011 de 13 de Outubro, fica sujeita a disciplina prevista nos números 1 e 2 do art. 78.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro:

*1 - Para efeitos da prestação de informação relativamente às contas das administrações públicas, os municípios, as entidades intermunicipais, as entidades associativas municipais e as entidades públicas reclassificadas, quando aplicável, remetem à DGAL os seus orçamentos, quadro plurianual de programação orçamental e contas mensais nos 10 dias subsequentes, respetivamente à sua aprovação e ao período a que respeitam, bem como os documentos de sendo caso disso, os consolidados.*

*2 — Para efeitos da prestação de informação dos dados sobre a dívida pública, os municípios, as entidades intermunicipais, as entidades associativas municipais e as entidades públicas reclassificadas remetem à DGAL informação sobre os empréstimos contraídos e sobre os ativos expressos em títulos de dívida emitidos nos 10 dias subsequentes ao final de cada trimestre e após a apreciação das contas.”, e concomitantemente ao previsto no n.º 1 do art.º 16.º do Decreto Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho., conjugado com o n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro. Da análise efetuada a entidade PRORURIS, EEM verificamos incumprimento às obrigações supra identificadas.*

## 8 - Análise económico-financeira

Da apreciação que fazemos quanto à evolução da situação económico-financeira podemos concluir que a entidade apresenta um resultado de exploração favorável, uma vez que os rendimentos obtidos (€ 631.470,49) foram superiores aos gastos incorridos (€ 627.083,26).



Em síntese, verificámos que a empresa teve uma evolução dos indicadores de performance superior aos do exercício anterior, o que se traduziu num resultado líquido no valor de € 4.387,23.

Anotamos, no entanto, o facto de os subsídios à exploração concedidos pelo Município de Vinhais representarem 43% no total dos rendimentos, o que, nos termos previstos do n.º 1 do art.º 62 da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, reúne condições de enquadramento e de continuidade para funcionar como empresa municipal.

### Conclusões

No decorrer do trabalho efectuado não detectámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, quer em relação às leis aplicáveis, quer em relação ao contrato da sociedade, salvo ponto 7 acima.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Conselho de Administração da sociedade “Proruris, Empresa Municipal Desenvolvimento Rural, EEM”, tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual de Acompanhamento e Conclusões de Auditoria, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações.

Aproveitamos, ainda, a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços da empresa e demais órgãos sociais.

Bragança, 29 de Fevereiro de 2016

Fernando José Peixinho Araújo Rodrigues - (ROC nº 1047)

Em representação da S.R.O.C. Fernando Peixinho & José Lima